

O ESTADO DA ARTE DAS PESQUISAS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO DE SURDOS: UM ESTUDO DE ARTIGOS ACADÊMICOS

Erica Esch Machado
Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES)
ericam78@yahoo.com.br

Elizabeth Serra
Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES)
elizabethserraoliveira@gmail.com

Tania Chalhub
Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES)
chalhubtania@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo mapear os artigos acadêmicos cujas temáticas se voltam às políticas públicas no âmbito da educação de surdos no país, pós-LDB de 1996.

Um olhar sobre a história recente indica que o fortalecimento dos debates sobre a educação bilíngue para surdos ocorreu na década de 1990 (BRITO, 2013; FERNANDES; MOREIRA, 2014; LODI, 2013), tendo como agendas principais o reconhecimento e a valorização da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), assim como da identidade e da denominada “cultura surda”, na esteira de um processo já em andamento em outros países. Nesse momento, cresciam também as pesquisas sobre o multiculturalismo (de base, sobretudo, pós-modernas), as quais contribuíram para a discussão da perspectiva educacional bilíngue para surdos (BRITO, 2013; FERNANDES; MOREIRA, 2014).

Nas últimas décadas, assistimos a uma verdadeira efervescência ideológica no âmbito das pesquisas sobre educação de surdos. Interessa, pois, saber: os estudos sobre a temática “políticas públicas voltadas à educação de surdos” têm acompanhado o crescimento das pesquisas do campo? Quais os principais subtemas tratados? Quais instituições se dedicam a investigações sobre a temática? Há relação entre as políticas públicas empreendidas, bem como os movimentos sociais surdos e a produção de artigos sobre essa temática, ao longo do período analisado (1996-2020)?

Para responder essas questões, foi feito um estudo do tipo “estado da arte”, a partir do mapeamento de artigos (realizado em maio de 2021) sobre políticas

públicas e educação de surdos, publicados entre 1996 e 2020, hospedados no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

DESENVOLVIMENTO

A iniciativa acadêmica pioneira no campo de pesquisa dos chamados Estudos Surdos (*Deaf Studies*) se deu na década de 1990, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde o primeiro Núcleo de Pesquisa em Políticas de Educação para Surdos (NUPPES) foi criado (FERNANDES; MOREIRA, 2014). A nova política institucional foi marcada pelo ingresso da primeira pós-graduanda surda, Gladis Perlin, que veio a se tornar a primeira doutora surda em educação no país.

Tal como destaca Skliar (2013, p. 5), a proposta, à época, não era a formação de uma “subárea temática da educação especial”, nem tampouco a permanência do (então) “discurso hegemônico da deficiência”. A ideia era a construção “de um novo espaço acadêmico e de uma nova territorialidade educacional”, intitulada, como já citado, Estudos Surdos. Esse espaço se constituiu como “um programa de pesquisa em educação, pelo qual as identidades, as línguas, os projetos educacionais, a história, a arte, as comunidades e as culturas surdas” (p. 5) passam a ser compreendidos “a partir da diferença, a partir do seu reconhecimento político” (p. 5). Assim, a singularidade desses sujeitos começou a ser considerada do ponto de vista das diferenças de ordem linguística e sociocultural entre surdos e ouvintes.

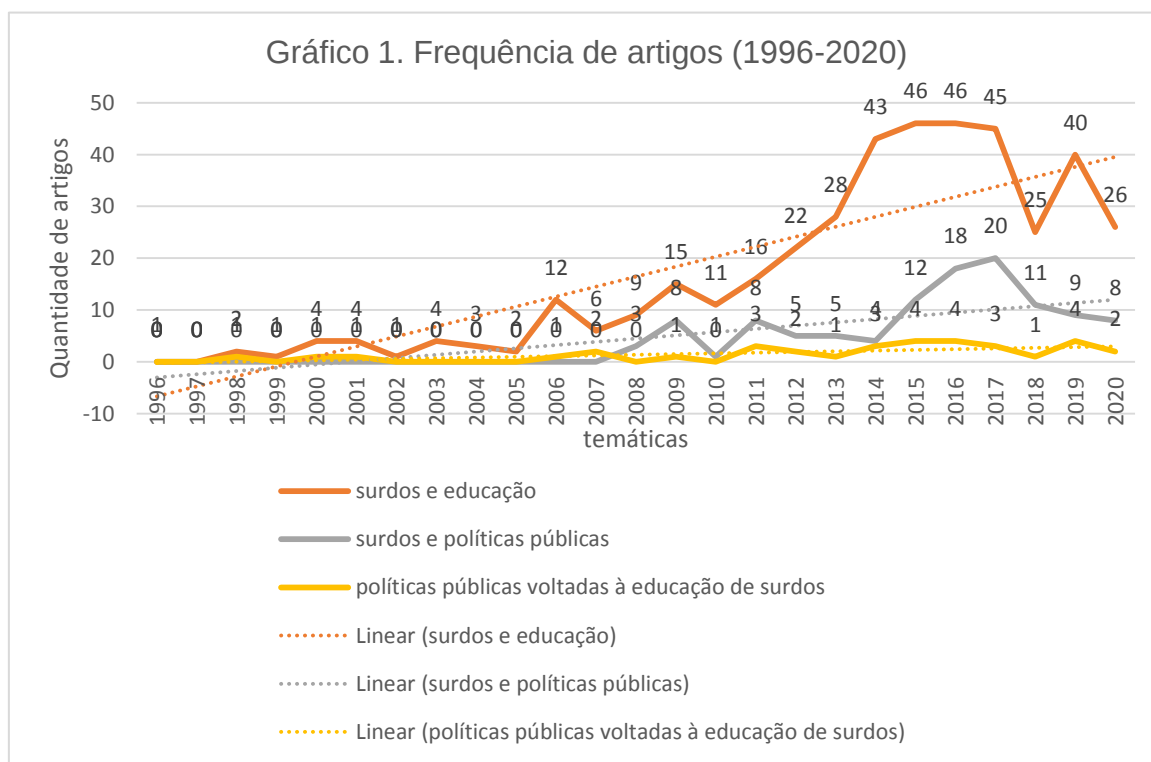
Segundo o entendimento de Lopes (FERNANDES; MOREIRA, 2014), a difusão da LIBRAS e as diversas pesquisas, realizadas pelos membros do NUPPES e por investigadores brasileiros de outras instituições (a partir de enfoques antropológicos, linguísticos e culturais), constituíram-se como fundamento para o movimento de inflexão, que fez com que a educação de surdos migrasse do domínio da educação especial – cujo paradigma sofria fortes ingerências da concepção que “essencializava a diferença surda em termos audiológicos.” (FERNANDES; MOREIRA, 2014) – para o campo da educação bilíngue para surdos.

Além da preocupação em relação à formação de um campo de pesquisa, estava presente a ideia de que os estudos pudessem balizar o planejamento das políticas educacionais para surdos (SKLIAR, 2013). Um sobrevoo sobre os

acontecimentos das últimas décadas permite inferir que, não obstante as contradições e os pontos de (dis)tensão, os Estudos Surdos e a militância surda (fenômenos que, muitas vezes, imbricaram-se), após muitas batalhas, influenciaram as políticas públicas relativas à educação de surdos. E, num processo dialético, as pesquisas acadêmicas se voltaram à análise dessas políticas.

RESULTADOS/CONCLUSÕES¹

Para compreender a frequência de artigos sobre políticas públicas e educação de surdos, foram feitas, inicialmente, duas séries de busca no Portal de Periódicos CAPES: a primeira com verbetes: “surdos” e “educação”, e a segunda com os verbetes: “surdos” e “políticas públicas”. Em outro momento, selecionou-se, a partir de uma análise qualitativa, os trabalhos, entre os localizados nas duas séries de busca, tratavam especificamente de políticas públicas voltadas à educação de surdos, organizando, assim, a terceira série de dados – com um total de 34 trabalhos (Gráfico 1).

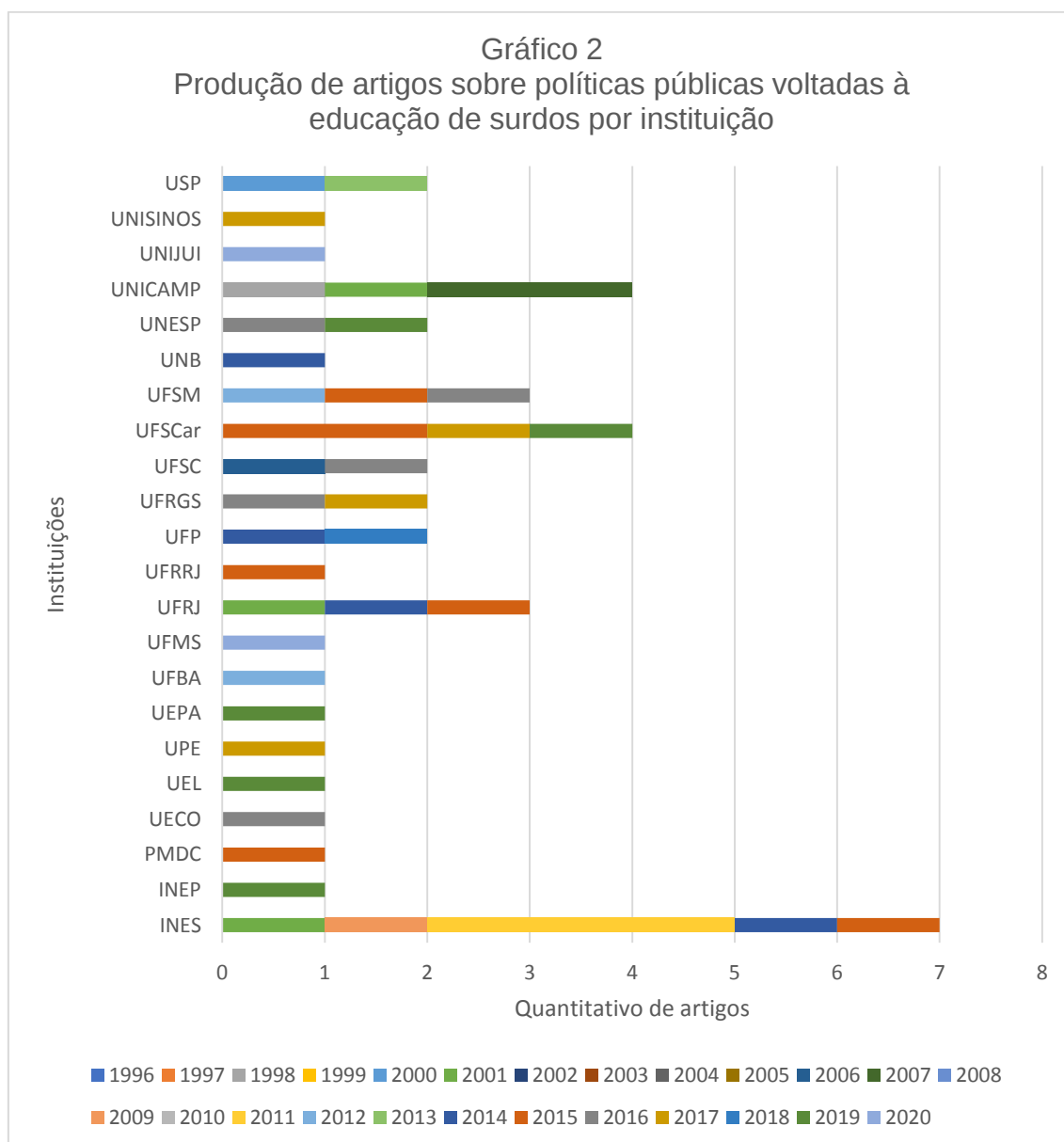


Fonte: Elaboração própria.

¹ Os dados foram coletados pela estudante Lua Carolina Cabo da Costa, bolsista de Programa de Iniciação Científica do INES.

Observou-se, pelas linhas de tendência traçadas, que há um crescimento contínuo na produção de artigos nas três séries, porém, a terceira, cujo foco interessa a esta investigação, ainda apresenta poucos estudos se comparada à primeira.

O Gráfico 2 trata da frequência de artigos por instituição dos autores²:

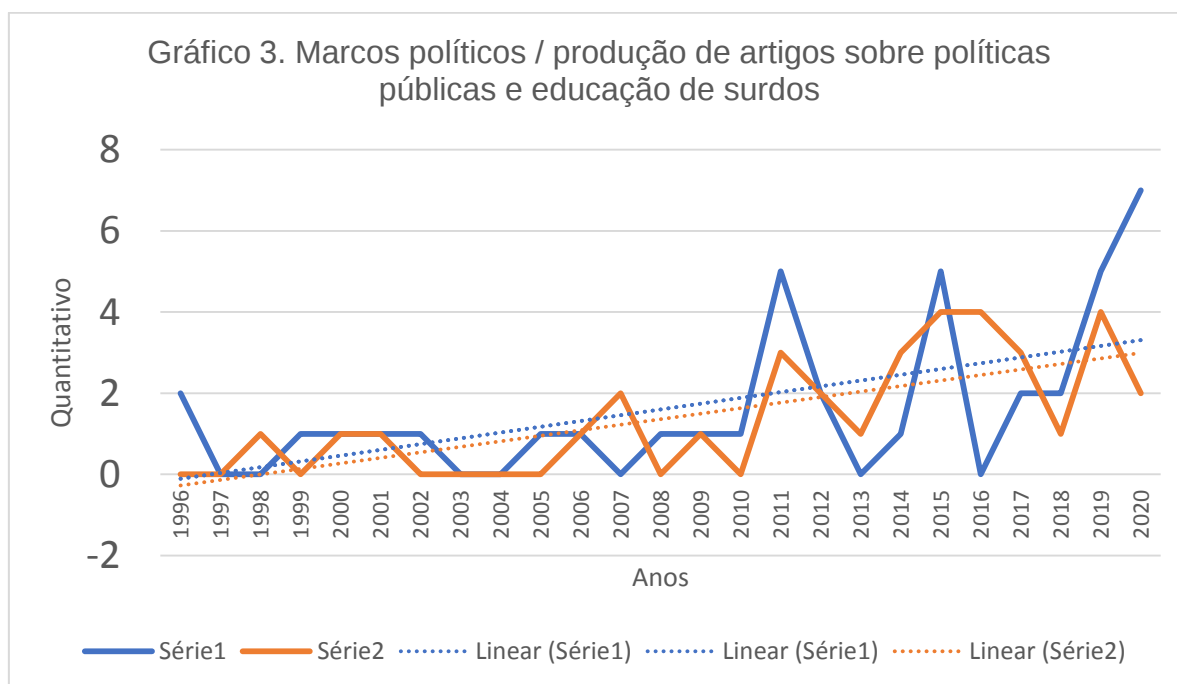


Fonte: Elaboração própria.

Observa-se que a maior frequência de artigos ocorre no INES, na UNICAMP e na UFSCar, instituições da região sudeste.

² Tendo em vista que alguns artigos contaram com uma produção interinstitucional, o número total de instituições no Gráfico 3 é superior ao quantitativo de artigos localizados (34).

O Gráfico 3 apresenta os marcos de políticas públicas voltadas à educação de surdos e a atuação dos movimentos surdos (série 1), na sua relação com a produção de artigos sobre a temática (série 2). Para a construção da série 1, foram contabilizados os principais marcos políticos (leis, planos, decretos, ações dos movimentos surdos) de cada ano.



Fonte: Elaboração própria.

Nesse gráfico é possível notar que há uma tendência de crescimento tanto nas políticas públicas ligadas à educação de surdos e nos movimentos sociais surdos, quanto na produção de artigos. A rigor, como já dito, esses elementos guardam uma relação dialética entre si, permeada por negociações e dissensos.

Para compreender quais as principais subtemáticas e/ou categorias tratadas nos artigos sobre políticas públicas e educação de surdos (34 no total), foi feito um infográfico a partir das palavras-chaves (Figura 1).

BRITO, F. B. **O movimento social surdo e a campanha pela oficialização da língua brasileira de sinais**. 2013. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

FERNANDES, S.; MOREIRA, L. C. Políticas de educação bilíngue para surdos: o contexto brasileiro. **Educar em Revista**, n. 2, p. 51-69, 2014.

LODI, A. C. B. Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial e o decreto nº 5.626/05. **Educação e Pesquisa**, v. 39, n. 1, p. 49-63, jan./mar. 2013.

SKLIAR, C. A localização política da educação bilíngue para surdos. In: SKLIAR, C. (org.). **Atualidade da educação bilíngue para surdos**: processos e projetos pedagógicos. Porto Alegre: Mediação, 1999. p. 7-14.